

FRAGMENTOS DE HISTÓRIA: ÍNDIOS E COLONOS EM SOROCABA (1679 – 1752)¹

Erik Petscheliés*

Recebido: 13 set. 2012

Aprovado: 24 set. 2012

* Mestrando em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Unicamp - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: erik.petscheliés@gmail.com

Como fragmento o imperfeito aparece ainda do modo mais suportável – e, portanto essa forma de comunicação é recomendável para aquele que ainda não está pronto no todo e, no entanto tem alguns pontos de vista notáveis para dar (NOVALIS, 1995).

Resumo: O objetivo deste artigo, que se situa no limiar entre a antropologia e a história, é através de documentos manuscritos dos séculos XVII e XVIII, enfatizar a presença indígena na tessitura colonial de Sorocaba, interior de São Paulo, contrapondo-a à historiografia e à arqueologia locais que pregam uma pretensa “primitividade” dos índios, na medida em que consolidam uma narrativa fundamentada no seu desaparecimento, condenando-os à pré-história.

Palavras-chave: Escravidão. Bandeirantes. Índios. Sorocaba.

FRAGMENTS OF HISTORY: INDIANS AND SETTLERS IN SOROCABA (1679 – 1752)

Abstract: The purpose of this paper, which is situated at the threshold between anthropology and history, is through handwritten documents of the seventeenth and eighteenth centuries, to emphasize the indigenous presence in the colonial society of Sorocaba, São Paulo, comparing it to the local history and archeology that preach a supposed "primitiveness" of the Indians, as they consolidate a narrative based on his disappearance, condemning them to prehistory.

Key words: Bandeirantes. Indians. Slavery. Sorocaba.

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2008 e 2009, “Fragmentos de História Indígena em Sorocaba (1679-1752)” sob orientação do Professor John Manuel Monteiro e com financiamento da FAPESP.

INTRODUÇÃO

Este artigo preocupa-se em, ao mesmo tempo em que faz uma crítica incisiva à historiografia local, demonstrar a diversidade e a complexidade étnicas dos habitantes indígenas que viveram em Sorocaba, São Paulo, após a fundação, para se opor à historiografia que minimiza a participação indígena na dinâmica colonial. Além disso, a documentação colonial foi usada para endossar uma crítica à arqueologia local, segundo a qual Sorocaba tenha sido fundada em terras Tupiniquim. Para isso, é necessário pensar em uma teia social mais complexa que a apresentada pela historiografia local, através do mapeamento da sociedade sorocabana à época da fundação da vila (1654) a partir das relações sociais entre os donos de terra e seus escravos indígenas, objetivando a inclusão histórica dos índios. Tentar-se-á demonstrar as relações entre os diversos agentes sociais a partir da análise documental de arquivos coloniais (registros de batismo e óbito), a fim de comprovar que existiu ali um contingente indígena multiétnico para abastecer as fazendas locais. Assim, a historiografia local foi criticamente revista, sobretudo as obras de Aluísio de Almeida² (1969, e a póstuma de 2003), além dos jornais e edições especiais em comemoração ao aniversário da cidade - e como asseverações antigas foram sendo aceitas sem que houvesse uma análise minuciosa de seus preceitos.

É através dos arquivos coloniais situados na cidade e da revisão crítica da historiografia local é que os cacos da História (GAGNEBIN, 1982) serão unidos para tornar a presença dos escravos indígenas em Sorocaba visível, incorporando-os à história local, porque o conhecimento da história dos índios é necessário para o conhecimento da história do país (MONTEIRO, 1992a, p. 474).

A HISTÓRIA DE SOROCABA, A HISTORIOGRAFIA SOROCABANA E OS ÍNDIOS

Na região em que atualmente se encontra a cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo, teria existido, antes de sua fundação, dois outros povoados: Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, no morro de Araçoiaba (atualmente denominado de Morro de Ipanema), que data de 1599,

² Aluísio de Almeida foi o pseudônimo utilizado pelo Monsenhor Luiz Castanho de Almeida.

e Vila de São Filipe do Itavuvu, que data de 1611, ambas fundadas em decorrência da busca por ouro e prata na região³, a princípio a partir da descoberta de ouro por Afonso Sardinha e seu filho homônimo em 1599, com os quais podem ter chegado os primeiros escravos índios (CAVALHEIRO, 2006, p. 17). A Vila de São Filipe teria sido fundada para ser um estabelecimento para a exploração do minério de ferro da região, no entanto as duas vilas não prosperaram durante a espera pela legislação e pela regulamentação da exploração e Sorocaba foi fundada e recebeu o pelourinho que pertencia a São Filipe. Entretanto sua existência constitui uma hipótese duvidosa (MONTEIRO, 1995a, p. 235), dado o fracasso do projeto.

A criação de vilas no interior da capitania de São Paulo é para Monteiro (1992b, p. 497), reflexo da demanda por mão-de-obra decorrente do desenvolvimento da economia do planalto, que gerou, entre 1628 e 1641, um surto sertanista, constituindo uma força agregadora de cativos indígenas pelos bandeirantes⁴. Na partilha de índios provenientes das expedições do Guairá (região hoje localizada no Estado do Paraná), os irmãos André, Domingos e Balthazar Fernandes formaram a base das vilas de Santana de Parnaíba (1625), Itu (1658) e Sorocaba⁵. Em 1654, Balthazar Fernandes chegou à região com cerca de 400 índios e alguns escravos de Guiné (CAVALHEIRO, 2006, p. 17) para povoar suas sesmarias, tendo doado parte dela aos monges beneditinos que construíram, com mão de obra indígena, a Capela de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (padroeira da cidade) em 1654, e o Mosteiro de São Bento, que já era habitado em 1690 (ALMEIDA, 1969, p. 25-26). Almeida (1969, p. 33) afirma que

Em 21 de abril de 1660, Balthazar Fernandes garantiu a fundação doando aos Padres de São Bento, de sua Parnaíba, a capela, terras, um touro, doze vacas, moço índio para a sacristia e moça para a cozinha, doze índios para a lavoura e criação, uma roça de mandioca para o começo, a propriedade da vinha e do moinho, reservando-se o uso-fruto [...]

³ As questões históricas são debatidas com Almeida (1969; 2003), Bacellar (2001), Bonadio e Frioli (2004), Esquerdo (1998) e Frioli (2005).

⁴ Tomarei como bandeirantes sertanistas paulistas que segundo Monteiro (1995a) tornaram-se homens com proporções épicas responsáveis pela expansão geográfica do Brasil Colônia, através dos estudos de alguns historiadores como Afonso Taunay e Alfredo Ellis Jr. (MANO, 2006, p. 26-32).

⁵ André Fernandes foi um dos bandeirantes mais violentos na destruição do Guairá (MONTEIRO, 1995a, p. 72-75).

A manutenção de escravaria indígena por parte dos monges de São Bento estendeu-se ao longo dos séculos XVII e XVIII, quando estes servos participaram ativamente da constituição das relações sociais e políticas entre os “homens bons”, os mais importantes colonos da cidade, elegíveis para ocupar cargos na câmara. Os registros de batismo demonstram como se constituiu um círculo entre os poderosos da cidade operando com os escravos indígenas um meio de formação de alianças entre si, através do compadrio. É perceptível como estes batizavam não apenas os seus filhos, mas também os seus servos, tendo menor incidência o apadrinhamento do próprio senhor. Os escravos dos vigários batizaram servos de colonos, talvez quando não houvesse outro para fazê-lo, ou mesmo para consolidar a sua posição nas relações de poder.

O caso mais expressivo, todavia, ocorreu no ano de 1685, quando após a bandeira de André de Zunega – que era paraguaio e genro de Balthazar Fernandes (FRANCO, 1989, p. 443), o que demonstra a extensão das bandeiras e das relações sociais criadas a partir delas – houve o maior número de batismos de índios: 289. Almeida (1969, p. 48) aponta que desta bandeira participaram o próprio Capitão André de Zunega (que também era juiz na câmara), o Capitão-Mor Martinho Garcia Lumbria, Diogo Domingues de Faria e outros não nomeados, voltando cada um com, respectivamente, 56, 35 e 31 índios, e os outros com 40, totalizando 162. Fernando, “do serviço dos religiosos do Patriarca Sam Bento” batizou, no mesmo dia, dois servos adultos, Miguel e Ilvina, de Manoel Pereira Brandão⁶, e posteriormente duas crianças inocentes, “filhos de adultos” de João Fernandes⁷. Os servos João e Paulo do Vigário batizaram três crianças a 28 de janeiro⁸, Maria, “serva dos religiosos de Sam Bento”, batizou a Juliana, serva adulta de Domingos Barboza Catheros⁹ e Rufina, “serva do Vigário [Pedro de Godói]” ainda batizou a Jeneriza do serviço de Gonçallo Freire de Andrade juntamente com Manoel Freire¹⁰. Os servos do mosteiro ou do próprio padre realizaram mais sete batismos naquele ano, como ocorreu como Iria, “serva dos frades de S. Bento”, que batizou ao lado de “Joam servo de Domingos Ribeiro” a

⁶ Arquidiocese de Sorocaba – Batizados. Catedral – Sorocaba: Livro 1 (1679 a 1720). 15/01/1685. Doravante, o arquivo será denominado AS-B.

⁷ AS-B - 21/01/1685.

⁸ AS-B - 28/01/1685.

⁹ AS-B - 04/02/1685.

¹⁰ AS-B - 05/02/1685.

Ines, filha do casal de escravos de Manoel da Fonseca, Donato e Marina¹¹. Provavelmente tenham sido capturados naquela expedição de apresamento de índios as adultas Anna, Ilaria e Alvina, escravas do Capitão André de Zunega, que foram batizadas por uma serva sua, Andreza e por Joseph, “do serviço do Vigário”¹²; e Maria, “innocente serva do Capitam André de Zunega”, batizada por Rufina, “serva do Vigário Pedro [de Godói]”¹³.

Em 1661 o povoado foi elevado à vila, pois considerou a Coroa que houvesse na paragem de Sorocaba trinta casais, o número judicialmente prescrito (o que incluía a fazenda do Coronel Pascoal Moreira Cabral em Votorantim – até 1963 um distrito de Sorocaba) e passou a chamar-se Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (ALMEIDA, 1969, p. 35). A fundação de Sorocaba articulou-se, portanto, à questão do apresamento indígena e de seus padrões de recrutamento (MONTEIRO, 1995a, p. 109), para a economia do planalto, e não em decorrência da demanda por escravos do litoral açucareiro como pregavam Caio Prado Junior (1945, p. 65) e Celso Furtado (1972, p. 56-57) seguindo a linha de análise desenvolvida por Roberto Simonsen (1957) e que ainda hoje é a referência para a historiografia sorocabana.

No século XVII, muitos sertanistas partiram de Sorocaba, que servia de ponto de partida para o “extremo oeste” (MONTEIRO, 1995a, p. 82), em busca de ouro, prata e pedras preciosas, além de realizar um fenômeno que se tornou conhecido na bibliografia sobre a história de São Paulo como bandeiras de apresamento. A partir do século XVIII, inúmeros sorocabanos tornaram-se tropeiros, ao adquirir tropas no sul do país para revendê-las na feira de muares de Sorocaba, comerciantes que negociavam nas regiões que posteriormente formariam os Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás ou buscavam descobrir ali ouro ou outras pedras (HOLANDA, 1945, p. 132-133), tornando Sorocaba logo no século XVII um importante local de acesso a diversas localidades no Brasil central.

Dessa forma, essa ampla circulação de sertanistas sorocabanos e a importância da vila criaram um grande deslocamento de índios dessas variadas regiões (MT, MG, GO) para Sorocaba, e, portanto de diferentes etnias. Essa movimentação foi tão densa que a vila de Cuiabá foi fundada por dois sorocabanos: Manoel de Campos Bicudo e Pascoal Moreira Cabral. Para

¹¹ AS-B -18/11/1685.

¹² AS-B 24/02/1685.

¹³ AS-B - 02/05/1685.

Sérgio Buarque de Holanda, “Sorocaba vive mais intensamente [...] do que muita capital de província” (1995, p. 133).

Apesar da importância regional de Sorocaba, por não ter se articulado diretamente ao sistema econômico colonial exportador, a cidade ocupa um posto periférico na historiografia brasileira (BACELLAR, 2001, p. 15). Por isso, o estudo histórico sobre os indígenas envolvidos no processo de desenvolvimento econômico na região até atualmente segue uma linha de raciocínio segundo a qual a vila inseria-se no modelo colonial através da escravização do índio e a sua venda ao litoral açucareiro nordestino nos séculos XVI e XVII, maneira pela qual as atividades desenvolvidas em São Paulo se adequariam perfeitamente às demandas do capitalismo comercial (MANO, 2006, p. 29), reservando aos indígenas um papel secundário na história da vila. Em outras palavras, Sorocaba por não ter se ligado ao modelo econômico agroexportador, é pouco mencionada na historiografia brasileira, ao mesmo tempo a historiografia local tenta inserir Sorocaba na economia colonial através de um modelo de análise que prega a venda do índio como a principal atividade econômica colonial da vila, visando à relevância negada pela historiografia nacional.

Aluísio de Almeida (1969, p. 46) frisa a importância dos cativos indígenas para a economia da vila, porque sem estes “nem entrava algum dinheiro amoadado para a circulação, pois infelizmente, o escravo era também vendido para fora. Custava vinte mil réis por cabeça”, e que “Sorocaba se fundou às custas deles [dos índios]. Tornou-se um mercado deles, infelizmente, pois embora não haja documentação completa, para que é que haveria de ir?” (2003, p. 126).

Assim, afirma-se no primeiro fascículo publicado pelo Jornal Cruzeiro do Sul, pelo 350º aniversário da cidade:

Com a chegada dos portugueses em 1532 ao litoral vicentino, esses povos recuaram de pontos próximos ao litoral, onde viviam, para o interior. Nas décadas seguintes foram implacavelmente caçados pelos bandeirantes paulistas, interessados em vendê-los como escravos à indústria canavieira que se estabelecera no nordeste do Brasil português. Esse comércio de seres humanos foi regularmente praticado pelos primeiros sorocabanos (BONADIO; FRIOLI, 2004, p. 4, minhas ênfases).

Esta perspectiva pode estar correta para economias mercantis exportadoras, como as do próprio nordeste açucareiro (MANO, 2006, p. 28), todavia para uma economia não-exportadora como a de São Paulo, esta análise de desenvolvimento é incapaz de realizar um exame concreto,

como demonstra outra frente de historiadores e antropólogos (BACELLAR, 2001; BLAJ, 2002; MANO, 2006; MONTEIRO, 1992a, 1992b, 1995a, 1994), para os quais a articulação mercantil de São Paulo com o restante da colônia não se deu através da venda de escravos indígenas para o litoral açucareiro, mas por meio de uma economia não-exportadora de excedentes agrícolas, gerando articulações comerciais entre as vilas de São Paulo (BLAJ, 2002, p. 168). Portanto, a venda de escravos ocorreu em menor escala, já que o objetivo principal das “bandeiras de apresamento” seria capturar índios para abastecer as fazendas paulistas que produziam e transportavam produtos agrícolas por todo o país, o que aponta para um maior número de índios nas fazendas paulistas. Assim,

[...] as freqüentes incursões ao interior, em vez de abastecerem um suposto mercado de escravos índios no litoral, alimentavam uma crescente força de trabalho indígena no planalto, possibilitando a produção e o transporte de excedentes agrícolas; [...] Porém, deve-se ressaltar que a dimensão e o significado do trabalho indígena em São Paulo não se limitavam à mera lógica comercial (MONTEIRO, 1995a, p. 8-9).

Havia, pois, grandes lavouras com centenas de indígenas trabalhando para a produção de mercadorias de pouco interesse ao mercado atlântico¹⁴, o que dificultava ainda mais a efetividade da venda do índio ao litoral, reforçando a teoria de que a economia de São Paulo fosse de abastecimento interno de gêneros alimentícios e não de venda de mão de obra escrava indígena. Além disso, as expedições não teriam como meta a expansão territorial política, mas revelar novos caminhos através dos sertões para a captura de mais indígenas (MANO, 2006, p. 30) para o que os índios cativos mantinham funções bélicas como mão de obra militar auxiliando no apresamento de índios e no combate a outros grupos (MONTEIRO, 1995a, p. 67).

O número relevante de indígenas para uma produção reduzida constitui o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “grande propriedade, pequena lavoura” (MONTEIRO, 1992a, p. 494). É possível verificar em Sorocaba que o próprio Balthazar Fernandes, além de possuir perto de 400 índios capturados era produtor de trigo, pois possuía um moinho em sua propriedade, bem como uma vinha (ALMEIDA, 2003, p. 26). Nos séculos XVII e XVIII Sorocaba ainda produzia algodão, mandioca, açúcar, rapadura e negociava gado (ALMEIDA, 2003, p. 52). Dessa forma,

¹⁴ Sorocaba, por exemplo, na primeira década do século XIX era um grande fabricante de toucinho (HOLANDA, 2000, p. 112).

Almeida afirma que “os sorocabanos viviam, pois, de caçar índios para as suas fazendas e vendê-los e procurar ouro em todos os montes, barrocas e córregos” (ALMEIDA, 2003, p. 52), quando na verdade o número excessivo de mão-de-obra indígena nas fazendas revela que o comércio de índios ao nordeste açucareiro era ínfimo comparado ao movimento bandeirante e concentrava-se, sobretudo no excedente de contingente (MONTEIRO, 1995a, p. 78).

A mão-de-obra indígena, fator primordial para a economia regional e centro do projeto colonialista (MONTEIRO, 1995a, p. 136), era resultado não apenas de excursões que visavam os índios em suas sociedades nativas, mas também nos aldeamentos onde recebiam instrução religiosa jesuítica. André Fernandes, irmão de Balthazar, detinha uma maciça força de trabalho indígena proveniente do aldeamento de Barueri, localizada próxima a Santana de Parnaíba (MONTEIRO, 1995a, p. 169). Sorocaba, cujo montante inicial de escravos era das Missões do Guairá, também recebeu índios do aldeamento de Barueri, contra, evidentemente, a vontade dos jesuítas, que lutavam pela alma e pelos corpos indígenas. A disputa acirrada entre colonos e jesuítas culminou na expulsão destes na década de 1630 da capitania de São Vicente, embora tenham sido restituídos em 1653 sem o direito de administrar os aldeamentos¹⁵. Os índios, apesar do protesto dos jesuítas contra as relações de exploração a que os nativos eram submetidos pelos colonos, recebiam tratamento semelhante nos aldeamentos (MONTEIRO, 1995a, p. 125), como pode ser visto pela quantidade de índios de padres e do mosteiro, e como são designados: servos e do serviço. Enfim, o transporte do aldeamento de Barueri de índios a Sorocaba parece ter existido, pois Thomazio, filho de Marcelino “e de sua mulher, Janeroza, servos de Catharina da Costa”¹⁶ foi batizado pelo branco Domingos Ferreira e por “Maria índia, da aldeia de Marueri”¹⁷. O termo “índia” se refere explicitamente a uma pessoa vinculada ao aldeamento, diferentemente dos outros registros que classificam os índios como gentios, carijós, negros ou servos. Carijó, aliás, era a denominação dada aos Guaranis, mas com a sua escravização sistemática, o termo acabou tornando-se uma categoria para nomear índios escravizados. Os índios eram assim vistos como “remédio para a pobreza” em um discurso moralizante em que a escravização se justificava

¹⁵ Discussão aprofundada sobre a expulsão dos jesuítas se encontra em Lima (2006).

¹⁶ AS-B - 26/02/1689.

¹⁷ *Marueri* é uma grafia alternativa para Barueri, o aldeamento fundado no início do século XVII por D. Francisco de Souza, embora haja uma referência a Barueri em 1585 em Serafim Leite (2004).

pela viabilização do sustento material dos colonos e pela ideologia civilizatória que cristalizava a servidão como um serviço a Deus, ao reino e aos próprios índios.

A servidão dos índios situava-se em uma legislação indigenista que classificava as relações luso-ameríndias em graus de amizade e permitia a escravidão de índios capturados em “guerra justa”, sendo este um conceito apropriado pelos colonos segundo seus interesses. Assim, quando em 1691 foi proclamada a liberdade total dos índios, cinco anos depois foi proclamada uma carta régia que concedia aos colonos a administração particular dos índios (MONTEIRO, 1995a, p. 15). Monteiro (1995a, p. 140) afirma que mesmo que os índios fossem livres pelas leis do reino, eles eram incluídos entre as posses dos colonos no inventário e passados adiante, fazendo com que ocorresse uma constante reelaboração da mão-de-obra indígena nas propriedades através dos inventários. Assim, no livro de batismo de Sorocaba, está registrado que com a sua morte a dezoito de maio de 1703, Marianna Leme “deixou de esmola a Francisca, filha de Bras Moreira, sua peça”¹⁸. A importância dos índios é realçada quando estes não são apenas citados nos inventários (onde em determinadas épocas nem poderiam estar porque pelas leis régias não poderiam ser escravizados), mas também nos registros de óbito. Maria Luiz, esposa de Amaro Vicente, “ordena por morte do marido fiquem suas almas carijós a duas filhas e hum rapaz a hum filho cujos nomes se vem no testamento por obras pias”¹⁹. A mesma forma, quando Ascença Fernandes não deixou testamento, “por ser muito pobre, não ter nada de seu”²⁰, isso deve incluir servos indígenas, o que ocorre com relativa frequência nos registros.

É nesse contexto que se encontrava a vila de Sorocaba: um intenso movimento de índios capturados de diferentes grupos, com um aumento demográfico considerável (BACELLAR, 2001, p. 29), e uma viva movimentação de comerciantes que se deslocavam entre a vila e as regiões de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, sustentando as paragens necessárias para escoar o ouro.

¹⁸Arquidiocese de Sorocaba – Óbitos. Catedral – Sorocaba: Livro: 1 (1681 a 1752). 17/05/1703. Doravante, o arquivo será denominado AS-O.

¹⁹AS-O - 03/07/1728.

²⁰ AS-O - 17/12/1688.

Entretanto, a historiografia sorocabana exclui dessa dinâmica os índios, reservando-lhes um papel secundário na formação da vila de Sorocaba, e deslocando a sua existência a tempos imemoriais.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PRIMITIVIDADE CULTURAL INDÍGENA

Almeida (1969, p. 15), referindo-se ao Peabiru, um caminho pelo qual índios se deslocariam antes da colonização, afirma que “no século da descoberta, havia indígenas transitando por Sorocaba, por um caminho terrestre-fluvial, que ligava o litoral Atlântico, onde seria São Vicente, ao Paraguai”. Assim “da passagem de índios dos grupos tupi por Sorocaba, em seu nomadismo, a certeza é completa. Deles restaram os topônimos: Sorocaba, terra de voçorocas”²¹. Os índios, segundo Almeida (1969, p. 16), costumavam se estabelecer “temporariamente em aldeias”. Portanto,

Os limites dos vários grupos tupi-guaranis, embora mais diluídos que as fronteiras estaduais existiam. Sorocaba era, já então, uma encruzilhada aonde convergiam, por onde viajavam e se limitavam, os tupis do Tietê, os tupiniquins e guaianazes de Piratininga, os carijós dos campos de Curitiba, os guaranis do Parapanema e outros guaianazes, talvez, das nascentes desse rio (ALMEIDA, 1969, p. 17).

Os topônimos, a nomeação de acidentes geográficos, são vistos em Sorocaba como um dos reflexos da presença indígena pré-colonial na região, que distribuíram nomes em Tupi segundo seus preceitos, deixando um legado à história e ao habitante moderno. Assim, não apenas o nome da cidade teria sido dado pelos índios, como também inúmeros outros locais, como o município de Votorantim (morro de água branca) e o rio Ipanema (água ruim), entre outros. No fascículo “Sorocaba 350 anos – Uma história Ilustrada” lê-se:

²¹Para mais informações (duvidosas) acerca do deslocamento de índios provenientes da região em que hoje se encontra Sorocaba pelo mítico Peabiru, confira Galdino (2005).

Da presença e da passagem pela região desses povos primitivos e nômades, classificados como Tupiniquim, do grande grupo Tupi, restaram principalmente os nomes por eles dados aos diferentes locais que percorreram ou nos quais se fixaram por algum tempo. Eles levam sempre em consideração algum aspecto relevante da geografia, o que permite saber, a partir de estudos lingüísticos, como era a vegetação, o relevo, a rede hídrica e o solo da região antes da chegada dos povoadores²² (BONADIO; FIOLI, 2004, p. 30).

Há, entretanto, um problema que esta nomeação não esclarece. A historiografia sorocabana prega que antes da fundação da vila moravam naquela região índios, e que os povoadores chegaram ali quando os índios já não se encontravam mais. Ora, se não houve contato entre índios e brancos, como os brancos puderam saber como os índios chamavam os locais que habitavam? Certamente os índios não escreveram os nomes nos próprios locais, já que os índios não escreviam.

Parece-se ignorar que a língua falada em São Paulo até o século XVIII era a língua geral, o *nhengatu*, uma variação do tupi, que até hoje é falada em algumas regiões da Amazônia (VIVEIROS DE CASTRO, 2008). Aluísio de Almeida aponta que, em 1688, o padre Belchior de Pontes pregou em tupi em Sorocaba, e que no século XVIII alguns colonos pediram pregadores bilíngues (2003, p. 15). Os índios trazidos do sertão eram catequizados por estes padres bilíngues (2003, p. 127), sendo que os índios, mesmo não sendo tupis falavam a língua geral, tal seus senhores (2003, p. 15). Destarte, os topônimos podem ter sido dados pelos escravos ou mesmo pelos bandeirantes que se comunicavam em *nhengatu*.

O estudo dos povos indígenas na região de Sorocaba é limitado ao período anterior à povoação de brancos²³ e, portanto, “pertence à arqueologia, pois foram desenterradas as igaçabas de seu cemitério [dos índios], na confluência de um riacho com o [rio] Ipanema, lá por 1950” (ALMEIDA, 1969, p. 17). O que fica evidente com o título do segundo fascículo editado pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, escrito por Bonadio e Frioli (2004): “Presença do índio marca pré-história

²² Novamente a primitividade dos índios Tupiniquim é evocada, e a sua presença estagna-se antes dos povoadores. O *grande grupo Tupi* é uma referência aos povos falantes de línguas pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Tupi.

²³ Nem tão brancos assim, visto que o próprio Balthazar Fernandes era filho de uma mameluca, Suzana Dias, filha do português Lopo Dias e de Beatriz, filha do famoso Tibiriçá. Branco é antes uma sinal de distinção político-social que um fenótipo.

sorocabana”²⁴. Isso demonstra que o conceito de história usado na historiografia, é inaugurado com a presença do homem branco e seu projeto civilizatório na região, deixando aos índios um papel superficial na memória da cidade, que antecede à própria história. O índio, além de ter a sua participação anulada na formação da vila colonial, é objeto de estudos pré-históricos, portanto é excluído da inauguração do reluzente princípio da história, cujo início ocorre pelo homem branco, o que equivale a dizer que ainda hoje, o índio que não tem contato com os homens brancos (ou com a dita sociedade nacional) não possui história, e portanto é primitivo²⁵.

Em si mesmo o termo pré-história é epistemologicamente pouco convincente, já que a anterioridade se relaciona com a escrita, não com a história em si. A pré-história abrange um período gigantesco no desenvolvimento da humanidade, iniciando-se há um milhão de anos com o surgimento do *homo erectus*. No entanto, o *homo sapiens* apareceu há aproximadamente 195 mil anos, tendo o homem plenamente moderno 150 mil anos e se desenvolvido na África (KUPER, 2008, p. 21) e são as evidências deste homem moderno discutidas na historiografia sorocabana. O material humano recolhido mais antigo é classificado como sendo do período neolítico, distante de 6 a 10 mil anos do presente, embora existam evidências da presença humana em um período de 45 mil anos antes do presente (AP)²⁶. E esses objetos arqueológicos são atribuídos a *índios*, e não ao *homo sapiens*. Esclarecendo: os achados arqueológicos de Sorocaba não são adequados ao processo evolutivo do *ser humano*, mas são atribuídos à categoria genérica de índios (ou aos Tupiniquim) como se realmente não tivesse tido mudança alguma nas populações indígenas, equiparando os índios a hominídeos²⁷. O ser humano que usou um machado de pedra durante o neolítico, há 10 mil anos é o mesmo de hoje: o índio. O que significa que enquanto o resto da humanidade evolui (em termos darwinianos, ou seja, por seleção natural

²⁴Evidentemente o termo *índio* aqui é empregado como utilizado pela historiografia sorocabana. O *índio* é uma generalização que abrange dezenas de línguas e culturas. Como aponta Lévi-Strauss (2003, p. 34): “[o] indígena em geral [...] não existe”.

²⁵ Diversas citações ao longo do texto reforçarão o argumento.

²⁶ Para mais, ver o artigo de Guidon (1992).

²⁷ Segundo Bonadio e Frioli (2004, p. 22), “nossos indígenas passaram pelo paleolítico, período em que aprenderam a manipular tudo o que a natureza lhes oferecia.” O período paleolítico iniciou-se 300 mil anos AP e terminou lenta e gradativamente por volta de 10 mil anos AP. Quando em outras partes do mundo os humanos que passaram pelo paleolítico e o neolítico são vulgarmente, dados os seus limitados recursos tecnológicos, chamados de *homens das cavernas*, hominídeos, ou simplesmente humanos, a historiografia os classifica como índios. A primitividade está implícita na categoria *índios*, não importa o período.

e mutação) os índios permanecem os mesmos há ao menos 150 mil anos. O termo pré-história usado na historiografia sorocabana é claramente eurocêntrico, divulgando o início da história com a chegada do europeu no continente ameríndio, pois os povos sem escrita seriam também povos sem história.

Por outro lado, a força civilizatória do branco é tamanha que mesmo o índio estando na pré-história, a região, pelo fato de posteriormente abrigar a vila já leva o nome da cidade, como se esta já existisse. “Presença do índio marca pré-história sorocabana”. O que caracteriza a pré-história é a presença do índio (mesmo que fosse em 1598, um ano antes da chegada dos Sardinha, ali.) na região já propensa à civilização. Ou seja, a história de Sorocaba, que só existe depois da fundação, engloba a pré-história da região, que só existe antes da fundação e da qual os índios participam. Os índios não podem participar da história, pois *eles* são pré-históricos e não o período temporal. Os brancos e os índios, mesmo no mesmo período temporal, não compartilham o mesmo tempo. Johannes Fabian (2006, p. 514) aponta que o compartilhamento de um mesmo instante temporal “depende do tempo vivido e da presença de corpos, por assim dizer. Por depender da presença de corpos, também depende de movimentos, da movimentação, da interação”. Os historiadores de Sorocaba negam que índios e bandeirantes tenham vivido em um mesmo tempo, dada a redução de suas essências à sua eficácia tecnológico-simbólica. Johannes Fabian demonstrou em *Time and the other* (1983) que a antropologia (bem como outras disciplinas que estudam outros povos – ou outros períodos) constróem discursos que negam a *coetanedade* (coevalness) dos primitivos (bárbaros, selvagens, etc.) e dos modernos para manter as dicotomias separalizantes.

Assim, a definição da primitividade dos índios é construída por um modelo analítico que privilegia construções e retóricas que favorecem e se legitimam a si mesmas, tornando os índios o contrário de nós. Ou seja, a construção de primitivo necessariamente se encaixa em uma hierarquia em cujo topo está o moderno²⁸. De acordo com essa ideia, a historiografia sorocabana

²⁸Para Adam Kuper, “a sociedade moderna era definida, acima de tudo, pelo Estado Territorial, a família monogâmica e a propriedade privada” (2008, p. 30). Exatamente aquilo que os índios não são, ou não têm. Como apontou Pierre Clastres (2003), as sociedades indígenas são classificadas, não por aquilo que pensam ou constroem, mas, sem se considerar a intencionalidade dos índios por aquilo que falta: o Estado e o mercado. Essa classificação ocorre desde os primeiros jesuítas, que afirmavam que as línguas indígenas não possuíam o F, o L e o R, e que os índios não tinham Fé (monoteísta, cristã), Lei (legislação e governabilidade) e Rei (um Estado teocrático).

insistiu que os índios nômades vagavam pelo território que desde sempre seria Sorocaba. A noção de “primitivo” empregado pela historiografia sorocabana está de acordo com a ideia criada pela antropologia moderna. Dessa forma, “o termo primitivo deveria ser usado para representar o ponto de partida de uma história comum, através do qual todas as populações passam, em velocidades diferentes” (KUPER, 2008, p. 28). Os índios, a despeito da época histórica, estariam sempre em posição de anterioridade no que diz respeito à capacidade intelectual em relação aos brancos.

HISTÓRIA INDÍGENA: MAPA E IGAÇABAS

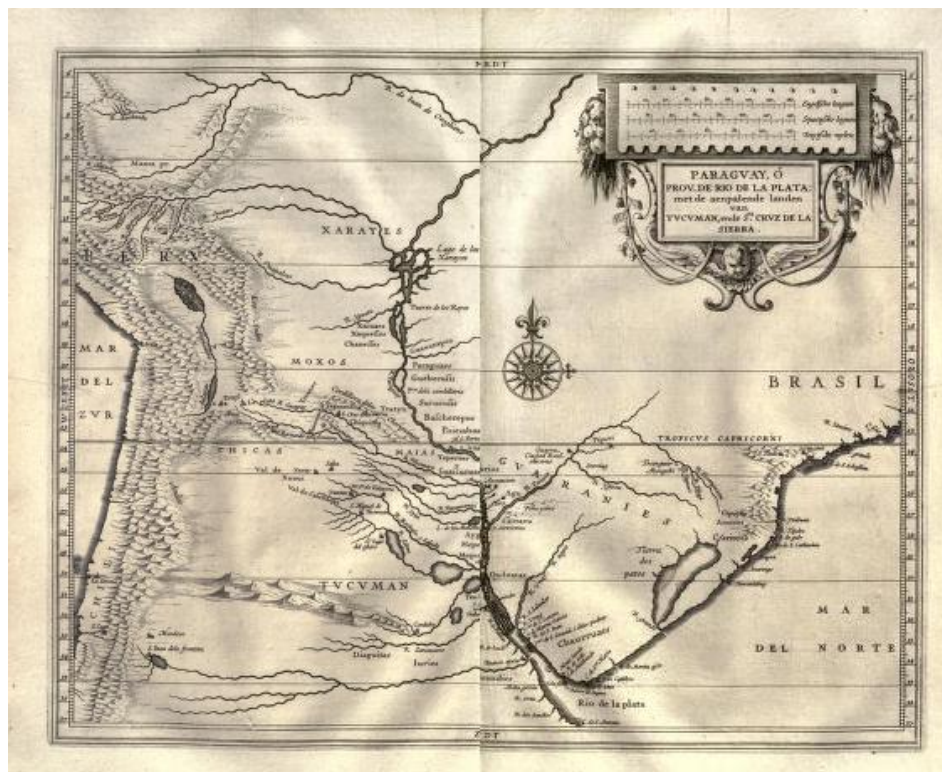
As asseverações acerca do habitante pré-colonial se concentram em duas frentes: em um mapa histórico e em urnas funerárias encontradas esporadicamente na cidade²⁹. A “pré-história” de Sorocaba remete a um mapa de 1640, 14 anos antes da fundação de Sorocaba, segundo o qual o povoado de *Philippa Villa* estaria localizado em território Tupiniquim. A autoria do mapa é atribuída ao holandês Jansenius Blaeu, embora curiosamente, Aluísio de Almeida (2003, p. 20), o principal historiador nascido em Sorocaba, cita um mapa de outro holandês, João de Laet³⁰. Possivelmente deve ter havido uma confusão em relação aos cartógrafos na historiografia sorocabana. Há, entretanto, outro problema. Nos dois mapas sobre o Brasil, publicados na obra *Nieuwve wereldt, ofte, Beschrijvinghe van West-Indien* (Novo Mundo, ou Descrição das Índias Ocidentais), de Johannes de Laet, São Filipe não é mencionada³¹. No detalhe do primeiro mapa, a região ocupada pelos povos Guarani é percebida, bem como o Trópico de Capricórnio, a vila de São Paulo e a de São Vicente (Figuras 1 a 3).

²⁹As igaçabas são urnas funerárias utilizadas pelos índios, segundo Bonadio e Frioli (2004, p. 24), para sepultar seus mortos “em qualquer lugar da aldeia, inclusive dentro de suas próprias ocas”.

³⁰“O flamengo João de Laet se refere a este São Filipe”.

³¹Resta a dúvida se é sobre esta obra que Aluísio de Almeida cita, pois ele não a menciona nominalmente, embora o seja provavelmente, porque é nela que há uma minuciosa descrição das Américas.

FIGURA 1 - Mapa do Paraguay.



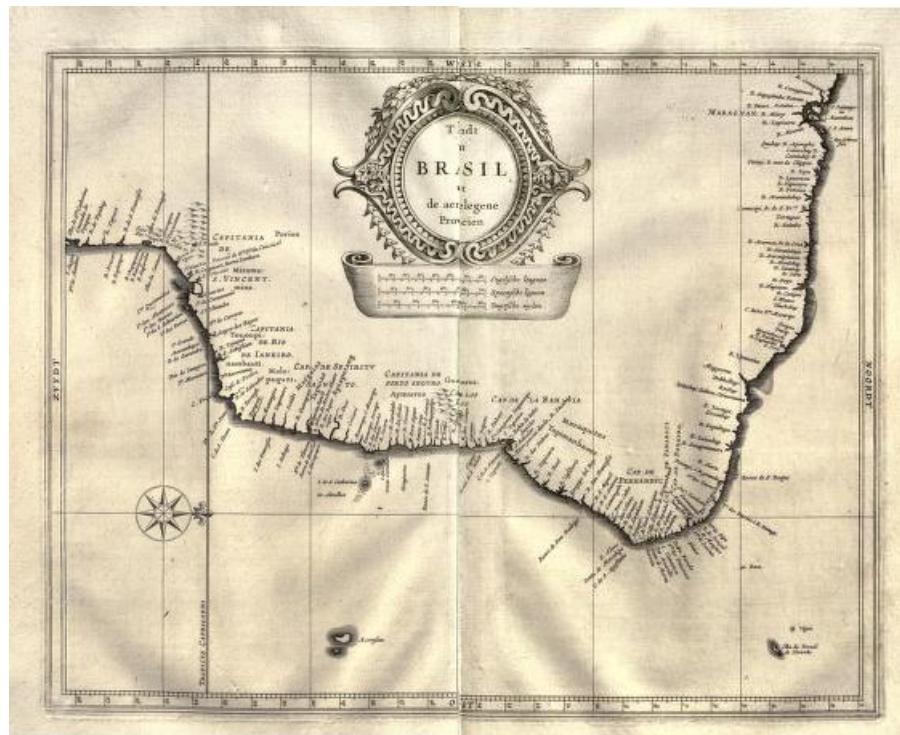
Fonte: Laet (2009, n. 447).

FIGURA 2 - Detalhe do primeiro mapa.



Fonte: Laet (2009, n. 447).

FIGURA 3 - Mapa do Brasil.



Fonte: Laet (2009, n. 469).

Para o arqueólogo sorocabano Wanderson Esquerdo Bernardo,

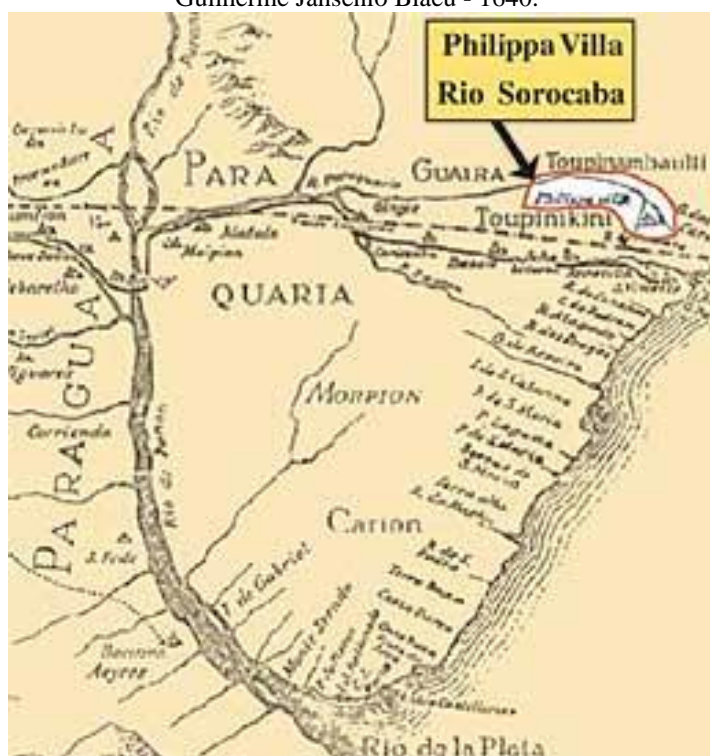
Historicamente, los Tupínikin fueron los primeros del grupo Tupí a entrar em contacto com los portugueses. [...] En un mapa de 1640 de Jansenius Blaeu, vemos el sudeste de Brasil, a la altura de Trópico de Capricornio que pasa por la región de Sorocaba, habitada por los Tupinikin, al norte, margen derecha del rio Tietê poblada por los tupinambás y sur por los carijós (guaraníes). Finalmente, en 1654, cuando el conquistador portugués Balthazar Fernandes, funda Sorocaba construyendo su casa grande y una capilla, las aldeas indígenas de la región ya no existían debido a la sistemática esclavitud de sus antiguos habitantes (ESQUERDO, 1998, p. 3).

O mapa de Jansenius Blaeu também pode ser encontrado na série de fascículos do jornal Cruzeiro do Sul (Figura 4), escritos por Bonadio e Frioli (2004, p. 31), para os quais

O povoado do Itavuvu, elevado a vila com o nome de São Felipe, aparece neste mapa de 1640, de Guilherme Jansênio Blaeu com o nome de Philippa villa. O trabalho cartográfico a localiza **corretamente** num ponto próximo ao rio Sorocaba e registra a vizinhança dos **Tupiniquim**. A região, no entanto, é mostrada como se estivesse muito mais próxima do Paraguai do que na realidade (minhas ênfases).

FIGURA 4 - Região em que supostamente se encontra a cidade de Sorocaba.

Guilherme Jânsenio Blaeu - 1640.



Fonte: Bonadio e Frioli (2004, p. 31).

Todavia, este mapa parece ser a sobreposição moderna de dois outros mapas (Figuras 5 e 6), explicitada por John Manuel Monteiro³². E caso, não seja uma fraude, ele entra em conflito com o mapa de Laet, diretor da Companhia das Índias Ocidentais, que já deveria conter a vila de São Filipe, uma vez que seu projeto data dos primeiros anos do século XVII, e principalmente o território Tupiniquim, o que também não ocorre.

³² Em correspondência pessoal.

FIGURA 5 – Corneille Wytfliet. *Plata Americae provincia.*



Fonte: Disponível em: < <http://www.peabirucatarinense.blogspot.com/>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

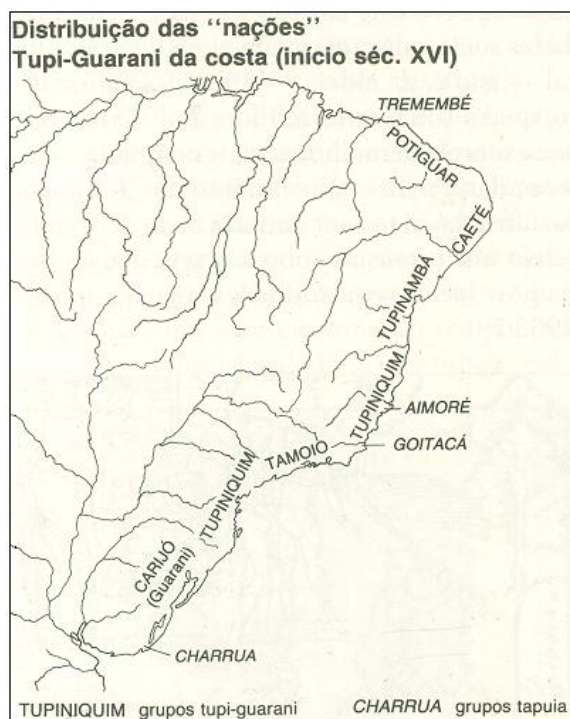
FIGURA 6 – Joannes Janssonius. *Accuratissima Brasiliae Tabula*.

Fonte: Disponível em: < <http://www.magallanesltd.com/maps/brasil/Br%2005%20new.jpg>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

No mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (IBGE, 1987) percebe-se que os *Tupinaki* ocupam a faixa litorânea do Estado de São Paulo, enquanto na região em que se encontra hoje a cidade de Sorocaba, entre os rios Parapanema e Tietê, próxima à cidade de São Paulo à altura do Trópico de Capricórnio, vê-se ocupação do povo *Guayanã* (em verde), classificado como pertencente ao grupo lingüístico Jê, com datas que indicam que a presença desta etnia tenha sido registrada na área entre os séculos XVI e XIX (Figura 7). Para Carlos Fausto (1992, 2000) as sociedades Tupiniquim também se encontram nas faixas litorâneas, de Cananéia a Bertioga (Figura 7)³³, além de haver poucas cerâmicas datadas por Carbono 14 atribuídas aos Tupi.

³³ Veja o mapa de distribuição de grupos Tupi (FAUSTO, 1992, p. 381).

FIGURA 7: Os grupos Tupi ao longo da costa no século XVI.



Fonte: Fausto (1992, p. 381).

encontrados é simplificar demasiadamente a dinâmica social que originou a história da cidade, já que, pesquisas sistemáticas são necessárias para um conhecimento mais detalhado da arqueologia regional. Isso significa que objetos encontrados são relacionados aos Tupiniquim de forma a não abordar possíveis mudanças nos padrões culturais deste e de outros povos, tornando a produção de cerâmica homogênea ao pasteurizar diversas etnias que a fizeram ou podem ter feito.

Além disso, para Esquerdo (1998) houve convergência estilística das urnas de tradição Tupiniquim com a do grupo Guarani, pela proximidade geográfica uma vez que “os sítios pesquisados pertencem as antigas aldeias Tupi e sua aproximação a uma fronteira inter-étnica com os guaranis explicaria a presença de decoração desses últimos nos sítios próximos ao rio Sorocaba” (ESQUERDO, [s/d]). Mais:

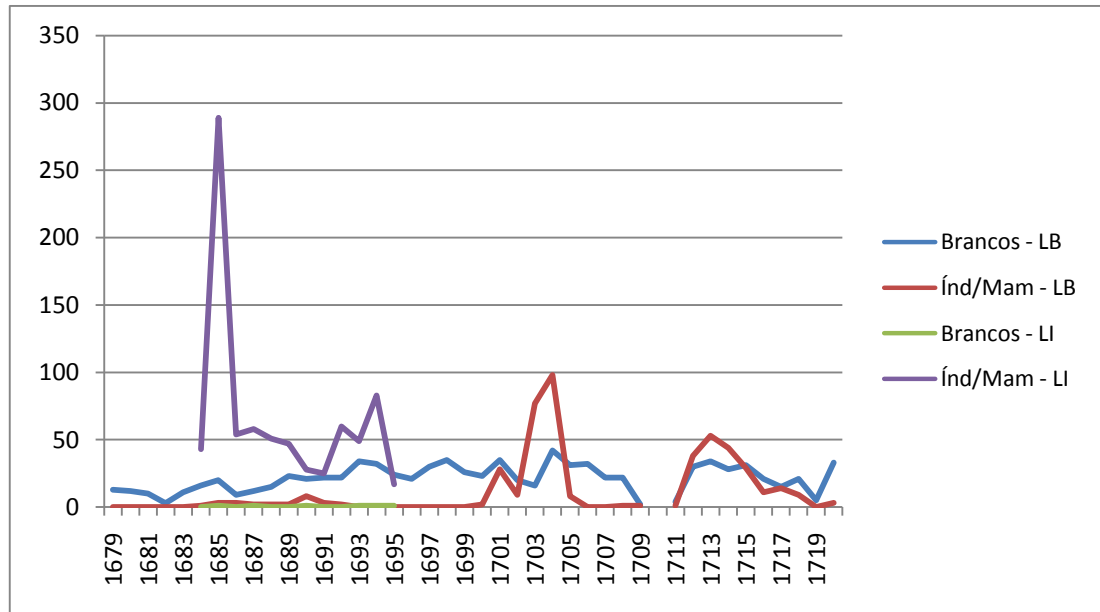
Embora a área de pesquisa seja conhecida historicamente como de ocupação Tupinikin, não foi possível identificar características próprias desse grupo étnico em comparação aos Tupinambás (ambos grupos Tupi). É possível que os Tupinikins refiram-se somente a uma designação regional e, no referente a restos materiais, não existam diferenças marcantes com o Tupinambá (ESQUERDO, [s/d]).

Entretanto, a relação com a cultura Guarani pode ser explicada pela diversidade indígena da Sorocaba colonial, já que o próprio Balthazar Fernandes participou da destruição da Missão do Guairá, essencialmente guarani, levando consigo os já mencionados quase 400 índios, Guaranis além de Tememinós (MONTEIRO, 1995a, p. 60) o que, aparentemente, não é do conhecimento de Esquerdo.

ESCRAVOS INDÍGENAS E COLONOS EM SOROCABA

O bandeirantismo predatório atingiu seu auge no final do século XVII, com a expedição de André de Zunega. Através dos registros de batismo, é possível verificar como nos anos de 1684-95 inúmeros índios foram levados até as fazendas dos homens bons de Sorocaba e batizados pelos vigários da Vila. Percebe-se que apesar da curta duração de tempo envolvida pelo Livro de Batizados Servos, seus registros representam 44% de todos os batismos realizados em Sorocaba durante 41 anos, tamanha a sua densidade. No gráfico percebe-se ainda um segundo surto de batismo entre os anos de 1703-4.

Batismos de servos (séculos XVII e XVIII)



Legendas: LB – Livro de Batizado 1 (1679 – 1720), excluindo o livro de batizados servos.

LI – Livro de Batizados servos (1684 -1695), inserido no livro de Batizado 1, mas para efeito estatístico, tratado separadamente.

Fonte: Livro de batizado (1679/1720); Livro de batizados servos (1684/1695).

Os batismos de índio no livro de Servos declinam após 1687, mas voltam a crescer em 1693. Curiosamente os registros de batizados índios em 1703 não são tratados separadamente como havia acontecido antes, mas juntamente com os registros de brancos. Antes do livro de Servos, que está inserido no meio do livro 1 de batismos, os registros de índios eram principalmente de filhos de colonos com as suas escravas, ou com as de terceiros, mas que estavam assumindo os filhos. Isso ocorreu, por exemplo, a Luzia, “filha natural de Gonçallo Bicudo e de huma serva de Gregório de La Peña Maria”³⁴, a Francisco, “filho natural de Pascoal Moreira [Cabral Leme, nascido em 1654] e de Domingas, serva da caza de seu pay”, o Coronel Pascoal Moreira Cabral³⁵ e a Amaro, “filho natural de Antonio de Oliveira Falcão e de Anna índia serva”³⁶. Nos três casos, os padrinhos foram compostos por dois brancos, o que mostra como, de certa forma, a criança foi extraída do ambiente indígena, para ser inserido no universo

³⁴ AS-B - 27/10/1684.

³⁵ AS-B - 22/07/1686.

³⁶ AS-B - 12/02/1690.

do branco, mesmo que ela posteriormente tenha uma vida de servidão. Muitas vezes os pais colonos não queriam assumir seus filhos, no entanto os batizavam. Gertrudes, filha de “Feliciano, molher que ajuda em caza de João Antunes Maciel”, e sem pai, foi batizada pelo próprio Maciel e por “sua filha Maria Antunes”³⁷.

No livro de batizados servos, a grande maioria dos batizados são índios adultos extraídos de suas sociedades ou filhos de casais servos, embora também sejam relacionados casos de colonos com escravos e filhos de pais incógnitos. No mesmo dia, foram batizadas Isabel, “filha natural de André de Magalhães [fluminense que, casado em Sorocaba, tomou parte da bandeira de 1684 em direção ao baixo Mato Grosso, de acordo com Franco, (1989, p. 237), Marianna, serva de Diogo Domingues de Faria, João, “filho de Joam e Camilia, servos de Diogo Domingues de Faria”; e Anna, “filha de hum adulto e também sua molher uma adulta, servos de Diogo Domingues de Faria”³⁸. Apenas no terceiro batismo houve um índio na composição dos padrinhos, “Christina, serva de Diogo Domingues”. No entanto há casos em que todos os envolvidos são índios, como ocorreu aos servos de Brás Esteves Leme, filho do sertanista homônimo que “teve grande escravaria indígena” (FRANCO, 1989, p. 212), quando Joseph, “filho de Gabriel e Sebastianna serviços de Bras Esteves”, foi batizado por “Domingos da mesma caza” e “Andreza [serva] de Manoel da Silva”³⁹, como no batismo de Romão, filho de Angela da administração de Fernão Dias Falcão o padrinho foi um “*carijó*” seu⁴⁰. Dos 2782 batismos analisados entre 1679 e 1720, apenas em um o padrinho foi um índio quando os pais eram brancos. Em 19 de abril de 1690 foi batizada Paschoa, filha de Domingos Rodrigues e Ilianor Fernandes, sendo os padrinhos “Joam, a serviço da caza” e Anna Rodrigues⁴¹. Foi apenas um também o número de casos em que escravos alforriados participavam de batismos. Assim, “Afonso livre” batizou “Joachim, filho de Bernardo e Vicencia, servos de Domingos Ribeiro Vidigal, sendo a madrinha, Potencia, provavelmente também escrava de Vidigal. Foi também apenas um escravo enterrado no interior da Igreja Matriz e não no cemitério como acontecia com

³⁷ AS-B - 07/05/1702.

³⁸ AS-B - 15/10/1684.

³⁹ AS-B - 23/04/1685.

⁴⁰ AS-B - 18/12/1715.

⁴¹ AS-B - 19/04/1690.

as outras “almas carijós”: “Faleceo hum servo do Cap. Bras Mendes Paes. Hum seo servo foi emterrado na igreja matriz”⁴².

Isso demonstra a predominância de estruturas de batismo e casamento que se repetem, dando funcionamento a um sistema de ordenamento de relações sociais e de poder, a uma hierarquização colonial e a uma incorporação de indígenas nas relações de força de colonos. Percebe-se como os colonos articulavam sua escravaria a fim de constituir ou reforçar relações sociais através do batismo de índios, instituindo o compadrio. O compadrio foi fundamental na política do coronelismo, mas mesmo em Sorocaba colonial, como em toda capitania, o compadrio criava laços entre os índios e o mundo escravista, e dos compadres entre si. É comum verificar como os “homens bons” batizavam os servos entre si. Generosa, filha de Martinho e Catharina, “servos de Diogo Domingues Vidigal” foi batizada por Constantino e Perina, “servos de Paschoal Moreira Cabral”⁴³. Iria, serva adulta de João Leme, foi batizada por “Gabriel do serviço do Cap. André de Zunega” e “Perina do Coronel Paschoal Moreira Cabral”⁴⁴, tal como “Salvador innocente filho de adulto e de sua molher adulta” foi batizado por “Paschoal serviço de Catharina de Oliveira” e “Florianna do Coronel Paschoal Mor.^a Cabral”⁴⁵, tal como quando foram batizados em um mesmo dia oito crianças “innocentes filhos de adultos” e quatro adultos servos de João Lemme, dos quais Ursula, Mauricia e Verônica servas de Pascoal Moreira Cabral participaram como madrinhas⁴⁶. Nem sempre os colonos mandavam seus servos ser padrinhos, muitas vezes ele mesmo poderiam sê-los, como quando Braz Domingues Vidigal batizou a criança João, uma das quatro batizadas naquele dia, todas servas do Juiz André Domingues Vidigal⁴⁷.

Era comum, aliás, batizar certo número de pessoas em uma propriedade no mesmo dia, dado que o padre se deslocava até as propriedades rurais, muitas bastante afastadas da vila, como a de Pascoal Moreira Cabral. Isso ocorreu com os 23 adultos e as 27 crianças, todos do domínio do Cap. André de Zunega, batizados dia 31 de maio de 1685, pelos servos Domingos, Severina,

⁴² AS-O - 28/10/1709.

⁴³ AS-B - 18/03/1684.

⁴⁴ AS-B - 26/12/1684.

⁴⁵ AS-B - 09/01/1685.

⁴⁶ AS-B - 21/01/1685.

⁴⁷ AS-B - 07/12/1689.

Rafael, Monica, Silvana, Anacleto, Pedro, Isabel, Maria, Marcelino, Sabina e pelos brancos Bartholomeu Rodrigues, Luzia de Abreu, Isabel de Abreu e Cecília de Abreu⁴⁸; com as 30 crianças da propriedade de Diogo Domingues de Farias, todas batizadas pelos servos Feliciano, Izabel, Manoel, Serafina e Costanza⁴⁹.

A partir de 1700, quando os batizados de índios são inseridos no mesmo livro dos brancos, aumentam consideravelmente os casos de filhos de índias com pais incógnitos e a terminologia usada pelo vigário modifica-se. Até o início do século XVIII não havia pudor em catalogar os índios como escravos, usando termos como “servo” ou “do serviço”, mesmo pelos religiosos do São Bento, embora pela legislação colonial eles somente pudessem ser “administrados” a partir de 1696, já que a Carta Régia deste ano estabelece os parâmetros da administração particular em termos institucionais. João foi filho natural de André Domingues e de Severina, “serva de seus pays”⁵⁰, e Pedro filho natural de Jacinto Moreira Cabral e de “Severina serva do defunto Capitão Paschoal Moreira Cabral”⁵¹.

A partir da inserção dos batismos de índios e de brancos em um livro único, a terminologia sofre alteração significativa, desaparecendo o termo “servo”. A 7 de outubro de 1703 “innocentes filhos de adultos trazidos do sertão todos do serviço de Miguel de Barros” (possivelmente tivessem sido trazido do sertão a mando do próprio Miguel de Barros) foram batizados⁵², a 30 de outubro do mesmo ano, “innocentes filhos de pagãos do serviço de Maria das Candeas”⁵³, sugerindo que os pais das crianças ainda não tivessem recebido instrução religiosa e a 26 de janeiro de 1704, os índios batizados eram “todos do gentio da terra a serviço do Cap. Manoel Rodrigues”⁵⁴. Posteriormente o termo preferencial é o genérico “carijó” e “da administração de alguém” (já que os índios não podiam administrar-se a si mesmos), como

⁴⁸ AS-B - 31/05/1685.

⁴⁹ AS-B - 01/02/1685.

⁵⁰ AS-B - 09/03/1686.

⁵¹ AS-B - 11/11/1690.

⁵² AS-B - 07/10/1703.

⁵³ AS-B - 30/10/1690.

⁵⁴ AS-B - 26/01/1704.

ocorreu a Manoel, “filho de Josepha carijó da administração do Cap. Gabriel Antunes, pay incógnito. Forão padrinhos o Cap. Gabriel Antunes e Maria Fogaça”⁵⁵.

Bem, para acomodar dezenas, ou mesmo centenas de índios, pensa-se que as propriedades devessem ser consideravelmente grandes. John Monteiro (1995a, p. 171) afirma que as habitações indígenas, ao longo do século XVII, acompanhavam a transformação pela qual as suas sociedades passavam. Inicialmente, nas fazendas, as ocupações de índios assemelhavam-se às suas organizações sociais pré-cativeiro, em casas extensas, denominadas de *tijupares*, mas foram se transformando gradativamente em moradas típicas da arquitetura paulista colonial, posteriormente denominadas de senzalas com a ocupação de escravos africanos. Almeida aponta que os “escravos vermelhos”, “eram às centenas [...], viviam não em senzala, mas em aldeia” (2003, p. 126).

É possível imaginar que as residências indígenas mantivessem certa independência espacial em relação à casa do fazendeiro, e que o número alto de índios e a espacialidade remetesse às suas organizações pré-cabralinas, uma vez que dificilmente os colonos tenham investido em infra-estrutura de acomodação para seus cativos. Assim, foram batizados Joseph e Antonio, filhos de Paulo e Lucrécia e de Bras e Patornilha, respectivamente, por Henrique e Maria, e Joseph e Joanna, “as crianças saídas da aldeia nova”⁵⁶, o que sugere, ou uma recente descida ao sertão em busca de índios, ou então que o termo “aldeia” é uma referência às habitações indígenas nas fazendas de seus proprietários. Da mesma forma, Amaro, filho de Domingos e Madanella, servos de Salvador Esteves, foi batizado por “Domingos índio da aldeia” e “Sebastianna índia da aldeia”⁵⁷.

Pensando-se que não tenha havido ocupação por índios Tupiniquim na região antes da fundação da cidade, e tendo visto como o material cerâmico foi atribuído a eles, ainda falta buscar uma hipótese plausível para as içaças encontradas na cidade. Sabendo-se, pois que nunca foram feitos testes de Carbono 14, que revelariam a datação, ao menos aproximada das urnas, e que pela trajetória dos povos Tupi a região de Sorocaba não teria abrigado os Tupiniquim, que as formas de classificação arqueológicas são controversas e que há pouco

⁵⁵ AS-B - 09/09/1712.

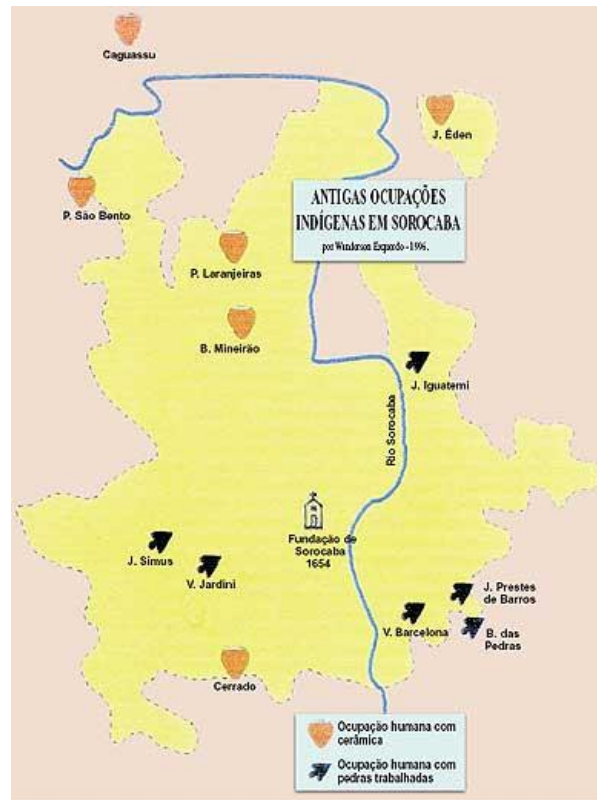
⁵⁶ AS-B - 30/06/1684.

⁵⁷ AS-B - 23/03/1686.

material atribuído aos Tupiniquim, é possível pensar que as urnas tenham sido construídas pelos escravos indígenas, de forma que a pluralidade étnica (ALMEIDA, 2003, p. 411) teriam sido escravizados e trazidos a Sorocaba Gualis, Bororos, Parecis e Carijós [guaranis], explica a diferenciação das urnas entre si. Bem, em Jundiá, localizada a 84 km de Sorocaba e fundada em 1655 no mesmo surto sertanista que originou Sorocaba (MONTEIRO, 1995a, p. 109), Morales (2000) comprovou a utilização da mão-de-obra escrava indígena por mais tempo do que relata a história do século XVIII, evidenciando o fato de que o material cerâmico conhecido por ser pré-colonial na verdade era resultado de transformações culturais ocorridas entre as diferentes etnias que habitavam a vila na condição de escravos, o que reforça a teoria de que as urnas são resultados do trabalho de servos índios, alojados em habitações semelhantes com as anteriores ao cativo.

Através de um mapa desenvolvido por Bonadio e Frioli (2004, p. 18) mostram onde seriam as aldeias no território que posteriormente teria se transformado na região de Sorocaba (Figura 9). Além disso, “há fortes evidências de que no atual centro de Sorocaba houvesse uma grande povoação indígena, entre o Mosteiro de São Bento e a praça Dr. Arthur Fajardo” (BONADIO; FRIOLI, 2004, p. 28). Ora, alguns dos lugares apontados por Esquerdo como sendo aldeias, eram justamente locais habitados pelos colonos e por seus escravos índios, a começar pelo próprio centro. Dificilmente o centro teria sido habitado, ainda mais nas proximidades do Mosteiro (onde havia um cemitério), sem que o material não fosse destruído pelos colonos, a não ser que fosse produzido em suas próprias habitações. O centro de Sorocaba, apontado como local onde pudesse ter havido uma grande concentração de aldeias era justamente o primeiro local a ser habitado, como o foi por Diogo Domingues Vidigal, proprietário de vasta escravaria carijó. O Jardim do Éden era antigamente denominado de Pirajibu e era habitado por João Martins Claro, bem como os Macieis que ocupavam os campos do Pirapora, antes do rio Sarapuí, ao sul do bairro do Cerrado. Assim sendo, é plausível que urnas também sejam encontradas em outras regiões, sobretudo Votorantim.

FIGURA 9 - As supostas ocupações indígenas em Sorocaba.



Fonte: Bonadio e Frioli (2004, p. 18).

Isso indica novamente a fragilidade das afirmações acerca dos índios na região de Sorocaba, que só podem ser verificadas por estudos minuciosos da documentação local, da cultura material e dos testamentos dos colonos que mantinham uma vasta escravaria, para saber a localidade exata onde moravam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indícios esparsos da presença indígena na história de Sorocaba, presentes nos documentos coloniais sob o signo da escravidão, foram reunidos para ressignificar uma história da qual os índios foram excluídos. Indícios fragmentários, separados do mundo, mas que revelam em si uma totalidade histórica, e destarte unem-se a ele novamente através daquilo que representam: uma possibilidade, e portanto uma forma de demonstrar que embora escassos, os fragmentos são suficientes para dar reformular a história.

Na historiografia sorocabana conceitos foram manipulados construindo um discurso histórico que endossa uma visão eurocêntrica acerca dos povos ameríndios, transformando uma rica pluralidade cultural em um juízo vago e genérico, da mesma forma como foi feito por colonos e sertanistas que devastaram inúmeras culturas indígenas e os culpavam por sua primitividade, a favor de um modelo de desenvolvimento que subjuga a alteridade e a condena moralmente, destituindo os indígenas de sua presença histórica e criando a categoria de carijó.

O cristianismo tem uma importância dupla na rejeição da participação indígena da construção da vila de Sorocaba, na inclusão da moral indígena nos preceitos europeus e na aceitação de diversas formas de existência. Primeiramente como elemento ideológico usado tanto pela Igreja Católica para ampliar seu poder no Novo Mundo através do combate espiritual às crenças nativas e ao controle moral de suas atitudes através da apropriação dos corpos índios. Os colonos o usaram como meio de garantir a subsistência de seu meio de vida, atribuindo à escravidão uma conotação cristã de ensino moral e civilizatório; o cristianismo foi, portanto *a ideologia* necessária para garantir o colonialismo. Em segundo lugar, como demonstrou Fabian (1983), o tempo judaico-cristão foi concebido como o *médium* de uma história sacralizada. Uma história cujo embasamento ocorre na crença da coetaneidade dos homens de Deus e *“trust in*

divine providence as it unfolds in a history of salvation centered on one Savior, make for sacred conceptions of Time” (FABIAN, 1983, p. 2). Assim,

Decisive steps towards modernity, those that permitted the emergence of anthropological discourse, must be sought, not in the inventions of a linear conception, but in a succession of attempts to secularize Judeo-Christian Time by generalizing and universalizing it (FABIAN, 1983, p. 2).

A concepção de tempo judaico-cristã foi, não apenas universalizada com um tempo natural e evolutivo como também adotada como paradigma epistemológico para negar aos grupos estudados a sua coetaneidade para com aqueles que os estudam. A retórica científica sistematiza um discurso em que a inter-subjetividade e a interação com o Outro (tomado como o Outro construído socialmente: o Outro não como um Outro Eu, nem Eu como um Outro ao Eu do Outro, mas como um não-Eu: um primitivo, em que ele é apenas se tangencia a mim por oposição completa e alteridade radical) não é relevante para a construção situacionista sincrônica de coexistência simbólica.

Dessa forma o colonialismo e os estudos de colonialismo em Sorocaba são exemplares para reafirmar a negação sistemática e política da coetaneidade e da validade de concepções indígenas. O colonialismo procurou por diversos modos, desde etnocídios a controle de crenças - enquanto os povos indígenas demonstraram em seus termos a reação ao colonialismo e a convivência com as novas estruturas de vida – sistematizar os modos de vida indígenas e enquadrá-los em tipos ideais. Da mesma forma, historiadores e antropólogos, através de usos não críticos de categorias universalizantes continuam a pensar os índios através de tipos idealizados, cuja formação ocorre em contraposição à imagem especular de si.

Sem procurar fazer uma crítica anacrônica ao modelo colonial de exploração humana, mas revendo a história que buscou explicá-lo, este artigo é uma tentativa de reafirmar os índios como sujeitos de sua própria história, e como sujeitos de ação em uma historiografia que insiste em negá-los e lançá-los a era longínquas, para deixar que o tempo apague a sua memória.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE de Sorocaba – Batizados (AS-B). Catedral – Sorocaba: Livro 1 (1679 a 1720) de um total de 55 (até 1925).

ARQUIDIOCESE de Sorocaba – Óbitos (AS-O). Catedral – Sorocaba: Livro 1 (1681 a 1752) de um total de 17 (até 1890).

ALMEIDA, Aluísio. **História de Sorocaba**. Sorocaba: Instituto Histórico. Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

_____. **Sorocaba: 3 séculos de história**. São Paulo: Ottoni, 2003.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2001.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/Fapesp, 2002.

BONADIO, Geraldo; FRIOLI, Adolfo. **Sorocaba: uma história ilustrada**. Sorocaba: FUA, 2004.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. **Cenas da escravidão: breve ensaio sobre a escravidão negra em Sorocaba**. Sorocaba: Create, 2006.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ESQUERDO, Wanderson. Evidencias arqueológicas preliminares en la región de Sorocaba, São Paulo – Brasil. **Textos Antropológicos**, La Paz, n. 8, 1998.

_____. Índios de Sorocaba. **Enciclopédia Sorocabana**, [s/d]. Disponível em: <<http://www.sorocaba.com.br/enciclopediasorocabana/?local=titulos&tipo=verbetes&ler=1100458664>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

FABIAN, Johannes. **Time and the other: how anthropology makes its object**. New York: Columbia University Press, 1983.

_____. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, out. 2006.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura/FAPESP, 1992.

_____. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: Séculos XVI, XVII, XVIII**. 2. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1989.

FRIOLI, Adolfo. **Resgate histórico: o curioso arruamento da cidade de Sorocaba**. Sorocaba: Create, 2005. (Biblioteca Sorocaba, v. 1).

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Walter Benjamin: os cacos da história**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GALDINO, Luiz. Peabiru. **O caminho do Peru**. Sorocaba: Create, 2005. (Biblioteca Sorocabana, v. 1).
- GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (Exceptuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal da Cultura/FAPESP, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, Pedro Paulo A. et al (Org.). **Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005.
- KUPER, Adam. **A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- LAET, Johannes de. **Nieuwve wereldt, ofte, Beschrijvinghe van West-Indien**. Archive. Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/nieuwvewereldtof00laetrich#page/n447/mode/2up>>. Acesso em: 31 jan. 2009.
- LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LÉVI-STRAUSS. Introdução a uma obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- LIMA, Sheila Conceição Silva. **Rebeldia no planalto: a expulsão dos padres jesuítas da vila de São Paulo de Piratininga no contexto da Restauração (1627-1655)**. 2006. Dissertação – (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006.
- MANO, Marcel. **Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista**. 2006. Tese – (Doutorado em Antropologia Social) - IFCH, Unicamp, Campinas, São Paulo, 2006.
- MONTEIRO, John M. Os guaranis e a história do Brasil meridional. Séculos XVI – XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal da Cultura/FAPESP, 1992a.
- _____. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992b.

_____. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 1995a.

_____. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º grau. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995b.

_____. Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.). **História da cidade de São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 1, p. 21-67.

MORALES, Walter Fagundes. **A escravidão esquecida:** a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII. 2000. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - FFLCH, USP, São Paulo, 2000.

NIMUENDJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.** Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

NOVALIS. **Pólen.** Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filhos. São Paulo: Iluminuras, 1995.

PRADO JUNIOR., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira.** Brasília, DF: Editora da UnB, 1992.

SILVA, Aracy Lopes. Introdução: educação e diversidade. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º grau. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500-1820).** São Paulo: Nacional, 1957.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Não podemos infringir uma segunda derrota a eles. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2008. Suplemento Aliás, p. J4-J5. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/suplementos/ali/2008/04/20/ali-93.19.20080420.7.1.xml>>. Acesso em: 31 jan. 2009.